

AFONSO CLÁUDIO: CAPIXABA E ESTADISTA DA REPÚBLICA

oucos intelectuais e políticos brasileiros alcançaram, aos 30 anos de idade, o renome e o respeito conquistados por Afonso Claudio de Freitas Rosa, que foi nomeado o primeiro governador do Espírito Santo pelo marechal Deodoro da Fonseca, tomando posse em novembro de 1889, logo após a roclamação da República.

Além de jornalista, poeta, escritor, advogado, professor de Direito, magistrado e brilhante orador, foi corajoso defensor das causas abolicionista e republicana e, por seu brilho intelectual e político e presença marcante na vida do Estado, mereceu o título de "O Nabuco capixaba".

Entretanto, apesar de ainda muito jovem, viu-se obrigado, em setembro de 1890, por motivos de saúde e devido a uma crise política, a transmitir o cargo de Chefe do Executivo a Constante Sodré.

Filho e neto de fazendeiros, Afonso Cláudio nasceu em 2 de agosto de 1859, na Fazenda Mangaraí, no município de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, hoje Cariacica. Seus contemporâneos diziam que ele herdou

do avô o temperamento extrovertido e, do pai, o retraimento, aspectos contraditórios de sua personalidade.

Quando o pai lhe negou consentimento para ingressar na Marinha, o jovem transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde aprendeu as primeiras letras e fez o secundário, retornando ao Espírito Santo em 1873, para estudar no "Ateneu Provincial", colégio recém-criado.

Indeciso entre a Engenharia e o Direito, escolheu o segundo curso, que começou a frequentar em Recife, em 1878, aos 19 anos de idade, tendo como colega de turma o aluno Clovis Bevilaqua, que se consagraria como um dos maiores juristas brasileiros de todos os tempos.

Depois, transferiu a matrícula para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o diploma em 1883. Ainda em São Paulo, foi correspondente do jornal "Província do Espírito Santo", onde publicou a série "Cartas de São Paulo", e vários folhetins (jornais menores).

Na temporada em Recife, Afonso Cláudio recebera forte influência do pensamento nacional do movimento.

No dia do seu casamento com dona Maria Espíndola (27 de setembro de 1884), ele presenteou seus escravos com a chamada carta de alforria, documento de libertação definitiva.

No setor público, no Espírito Santo, foi procurador público interino, procurador fiscal dos Feitos da Fazenda Provincial, professor de Geografia e Historia Universal no Ateneu Provincial, presidente da Intendência Municipal de Vitória, desembargador do Tribunal de Justiça e procurador-geral do Estado.

Como governador, empenhou-se em unir as diferentes correntes políticas, mas o Congresso Republicano, realizado em maio de 1890, e a criação da União Republicana Espírito-Santense produziram profunda divisão política no Estado, somando republicanos

Afonso Cláudio

e antigos monarquistas na oposição ao seu governo.

Sua gestão, que durou apenas 10 meses, herdara do Império enorme volume de dívidas e um pequeno saldo no cofre. Para pagar esses compromissos, vendeu até um prédio de sua propriedade e parte dos seus próprios vencimentos, reduzindo expressivamente o total dos débitos.

Apesar das dificuldades próprias da época, foi um precursor dos chamados "governos itinerantes". Montado a cavalo, fiscalizou em todo o Estado o trabalho das

públicos, além de ouvir pessoalmente as reivindicações do povo.

Em 9 de setembro de 1890, após enfrentar grave crise administrativa e política provocada por seus próprios correligionários, estava tão magoado e ferido em seu espírito público que sofreu forte esgotamento nervoso.

Preferiu renunciar, passando o governo ao substituto legal, Constante Gomes Sodré. Mas, pouco antes de deixar o posto, ainda nomeou a comissão que deveria elaborar o projeto de Constituição para o Estado, formada por Muniz Freire, Bernardo Horta, José Horácio Costa, Barcimio Ribeiro e Manoel Augusto da Silveira.

Doente e recolhido à sua fazenda, em Mangaraí, Afonso Cláudio parecia inteiramente afastado da atividade política, mas anos depois, quando nova crise na República despertou os velhos monarquistas, ele foi um dos que assinaram o chamado "Protesto Republicano".

Transferindo-se definitivamente para o Rio de Janeiro, em 1920, voltou a advogar e passou a dar aulas na Faculdade de Direito de Niterói.

Afonso Cláudio faleceu em sua residência, no Rio, em 16 de junho de 1934. Esse ilustre capixaba honrou o seu Estado e nos legou a memória da sua dedicação, inteligência e espírito cívico.

(*) Fonte: Coleção "Grandes Nomes do Espírito Santo".

(Copidesque: Rubens Pontes). **▼**

Mais fotos e vídeos na galeria do site: http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php/ artigos-e-colunas/o-endereco-da-historia



José Eugênio Vieira é pesquisador com diversos livros publicados sobre a História do Espírito Santo e atualmente ocupa a Superintendência do Sebrae

66 www.esbrasil.com.br • • @esbrasil • ¶esbrasil • ☑ revistaesbrasil